

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 20 dias; O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham;

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 25 de Junho de 2007, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

#### Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua reparação pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

30 de Abril de 2007. — A Juíza de Direito, *Raquel G. C. Batista Tavares*. — O Oficial de Justiça, *Maria da Conceição Teixeira Ferreira*.  
2611012305

### 1.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

#### Anúncio n.º 2654/2007

A juíza de direito Luísa Maria O. Alvoeiro, do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Braga, faz saber que, no processo abreviado n.º 533/06.5GTBRG, pendente neste Tribunal contra o arguido Dumitru Cirpaci, filho de Stefan Cirpaci e de Doina Cirpaci, nacional da Roménia, nascido em 11 de Janeiro de 1977, estado civil desconhecido, com profissão desconhecida ou sem profissão, passaporte n.º 2544751, com domicílio na Rua do Barreiro, Sande, São Martinho, 4800 Guimarães, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 26 de Junho de 2006, foi o mesmo declarado contumaz, em 16 de Abril de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal.

A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos:

a) Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal;

b) Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração;

c) Proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

17 de Abril de 2007. — A Juíza de Direito, *Luísa Maria O. Alvoeiro*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria de Fátima Miranda*.

### 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FAFE

#### Anúncio n.º 2655/2007

O Dr. Sérgio Afonso de Carvalho Pimentel, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Fafe, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo) n.º 522/05.7GAFAP, pendente neste Tribunal contra o arguido António Miguel Lopes de Freitas, filho de António Domingues Gonçalves e de Maria Amélia Lopes Freitas, natural de Fafe, nacional de Portugal, nascido em 5 de Dezembro de 1985, solteiro, com profissão desconhecida ou sem profissão, bilhete de identidade n.º 12878696, com domicílio na Rua do Dr. António José de Almeida, 43, Fafe, 4820 Fafe, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 204.º do Código Penal, praticado em 19 de Abril de 2005, por despacho de 13 de Abril de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por motivo de apresentação.

13 de Abril de 2007. — O Juiz de Direito, *Sérgio Afonso de Carvalho Pimentel*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Isabel Novais*.

### TRIBUNAL DA COMARCA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

#### Anúncio n.º 2656/2007

A juíza de direito Dr.ª Gabriela Maria Barbosa Colaço, da Secção Única do Tribunal da Comarca de Figueiró dos Vinhos, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo) n.º 7/04.9GAFVN, pendente neste Tribunal contra o arguido Davide André Henriques Simões, filho de Jorge Manuel Alves Simões e de Maria Otília Henriques de Jesus, natural de Portugal, Figueiró dos Vinhos, nascido em 20 de Maio de 1985, solteiro, estudante, portador do bilhete de identidade n.º 12492723-8, com domicílio na Rua Nova de Montalvão, 4, 2 (forro), Castelo Branco, 6000 Castelo Branco, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto e uso de veículo, artigo 208.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 17 de Janeiro de 2004, um crime de introdução em lugar vedado ao público, previsto e punido pelo artigo 191.º do Código Penal, praticado em 17 de Janeiro de 2004, um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 17 de Fevereiro de 2004, e um crime de dano qualificado, previsto e punido pelo artigo 213.º do Código Penal, praticado em 17 de Janeiro de 2004, que, por despacho de 22 de Março de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o arguido se ter apresentado em juízo e ter sido submetido a prestação de novo TIR, cuja declaração de contumácia havia sido publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 114, de 16 de Junho de 2005.

17 de Abril de 2007. — A Juíza de Direito, *Gabriela Maria Barbosa Colaço*. — O Escrivão-Adjunto, *José Pinheiro*.

### 1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GONDOMAR

#### Anúncio n.º 2657/2007

A juíza de direito Dr.ª Manuela Sousa, do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Gondomar, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 3447/06.5TBGDM, pendente neste Tribunal contra o arguido Cristiano Miguel Afonso Costa, filho de Rui Manuel Gomes Afonso e de Júlia Maria Viegas Tomás Afonso da Costa, natural de França, nacional de Portugal, nascido em 1 de Agosto de 1977, solteiro, número de identificação fiscal 819002690, bilhete de identidade n.º 12440855, com domicílio

na Rua da Constituição, 597, apt. 12, 4000 Porto, por se encontrar acusado da prática do crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 6 de Novembro de 2003.

Por despacho de 26 de Março de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por desistência de queixa.

28 de Março de 2007. — A Juíza de Direito, *Manuela Sousa*. — A Escrivã-Adjunta, *Celeste Mesquita*.

## TRIBUNAL DA COMARCA DE GRÂNDOLA

### Anúncio n.º 2658/2007

A juíza de direito Dr.ª Joana Vieira, da Secção Única do Tribunal da Comarca de Grândola, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 11/01.9GTBJA, pendente neste Tribunal contra o arguido José de Noronha Vasques de Sousa, filho de João Vasques de Sousa e de Júlia dos Anjos de Noronha Vasques de Sousa, natural de Portugal, Lisboa, Mercês (Lisboa), nacional de Portugal, nascido em 31 de Julho de 1962, casado, motorista de veículos ligeiros e pesados, bilhete de identidade n.º 6027794, com domicílio na Rua da Senhora do Monte, 28, 5.º, direito, 1170 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de falsificação de notação técnica, previsto e punido pelo artigo 258.º do Código Penal, praticado em 16 de Janeiro de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 11 de Abril de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal.

A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos:

- Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal;
- Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração;
- Proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas;
- O arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

17 de Abril de 2007. — A Juíza de Direito, *Joana Vieira*. — A Escrivã-Adjunta, *Margarida Martins*.

## 2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LAGOS

### Anúncio n.º 2659/2007

O juiz de direito Dr. Pedro Daniel dos Anjos Frias, do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Lagos, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 82/96.8TBLGS, pendente neste Tribunal contra a arguida Teresa Eduarda da Silva Costa Salgueiro, filha de Henrique Irolindo Costa Salgueiro e de Maria Arminda Horta Silva, natural de Beja, Santiago Maior (Beja), nacional de Portugal, nascida em 11 de Outubro de 1974, solteira, bilhete de identidade n.º 12038633, com domicílio na Rua do Engenheiro Duarte Pacheco, 51, Tunes, 8365 Tunes, por se encontrar acusada da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 204.º do Código Penal, praticado em 28 de Maio de 1994, de um crime de introdução em lugar vedado ao público, previsto e punido pelo artigo 191.º do Código Penal, praticado em 28 de Maio de 1994, por despacho de 20 de Março de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

17 de Abril de 2007. — O Juiz de Direito, *Pedro Daniel dos Anjos Frias*. — A Escrivã Auxiliar, *Vera Gabriel*.

## 1.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

### Anúncio n.º 2660/2007

A juíza de direito Dr.ª Graça Pissarra, da 3.ª Secção do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 14359/03.4TDLSB, pendente neste Tribunal contra a arguida Maria Inês Cruz Filipe Nascimento e Silva Simões, filha de Carlos Alberto do Nascimento e Silva e de Maria Helena Ramalho da Cruz Filipe Nascimento e Silva, natural de Lisboa, Nossa Senhora de Fátima, nacional de Portugal, nascida em 15 de Julho de 1969, com profissão desconhecida ou sem profissão, bilhete

de identidade n.º 8556787, com domicílio na Rua de Luís de Camões, lote 3, 3.º, direito, Carcavelos, 2775-517 Cascais, por se encontrar acusada da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 18 de Outubro de 2003, por despacho de 16 de Abril de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

17 de Abril de 2007. — A Juíza de Direito, *Graça Pissarra*. — A Escrivã de Direito, *Fernanda Farinha*.

### Anúncio n.º 2661/2007

A juíza de direito Dr.ª Graça Pissarra, da 3.ª Secção do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 200/03.1ZFSLB, pendente neste Tribunal contra a arguida Cândida Cabral Gomes Varela, filha de António Pereira Varela e de Maria Santa Correia Gomes, natural de Cascais, de nacionalidade portuguesa, nascida em 8 de Março de 1985, solteira, portadora do passaporte G763746, com domicílio na Rua da Escola, 3-B, Damaia, 2700 Amadora, por se encontrar acusada da prática de um crime de uso de documento de identificação alheio, previsto e punido pelo artigo 261.º do Código Penal, praticado em 4 de Setembro de 2003, foi a mesma declarada contumaz, em 13 de Abril de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal.

A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação da arguida em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos:

- Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação, ou detenção da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal;
- Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida, após esta declaração;
- Proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas;
- A proibição de a arguida movimentar quaisquer contas bancárias.

17 de Abril de 2007. — A Juíza de Direito, *Graça Pissarra*. — A Escrivã de Direito, *Fernanda Farinha*.

## 4.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

### Anúncio n.º 2662/2007

A juíza de direito Dr.ª Ana Paula A. A. Carvalho, da 1.ª Secção do 4.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 6432/02.2TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Gino Silva, filho de Bernardo da Silva e de Maria da Silva, natural da Guiné-Bissau, nacional da Guiné-Bissau, nascido em 15 de Maio de 1964, solteiro, bilhete de identidade n.º 16102432, com residência na Rua de Maria Amália Vaz de Carvalho, 2, 5.º, F, Cidade Nova, 2660-304 Santo António dos Cavaleiros, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelos artigos 348.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal e 167.º, n.º 3, do Código da Estrada — Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro —, praticado em 24 de Julho de 2001, por despacho de 16 de Abril de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

16 de Abril de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Paula A. A. Carvalho*. — O Escrivão Auxiliar, *Nuno Pombo*.

### Anúncio n.º 2663/2007

A juíza de direito Dr.ª Ana Rita Varela Loja, da 2.ª Secção do 4.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, nos processos comuns (tribunal singular) n.ºs 269/98.9PRLSB e 4541/98.0TDLSB da 2.ª Secção do 5.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, apenso aos presentes autos nos termos do artigo 25.º do Código de Processo Penal, pendentes neste Tribunal contra o arguido Alberto Luís Munoz Oliva, filho de Primitivo Munoz Reyes e de Enriqueta Oliva Roca, natural de Espanha, nacional de Espanha, nascido em 20 de Dezembro de 1970, solteiro, passaporte Aa021118, bilhete de identidade estrangeiro n.º 34770051-P, com domicílio na Calle Torrijano, 8, Sevilla, 41009, 41009 Espanha, por se encontrar acusado da prática de dois crimes de ofensa à integridade física simples, previstos e punidos pelo artigo 143.º do Código Penal, praticados em 17 de Outubro de 1997, e de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º